S. R.

Assembleia Municipal de Azambuja

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 26 DE JANEIRO DE 2012

----Aos vinte e seis dias do mês de Janeiro de dois mil e doze, pelas 20h15m, reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja, no Auditório Municipal do Páteo do Valverde em Azambuja, com seguinte Ordem do Dia. ----------

ORDEM DO DIA

1. Ponto de Situação do Processo de Revisão do Plano Director Municipal. -----

2. Análise da Situação do Contrato de Concessão do Fornecimento de Água no Município de Azambuja. ----------

----- Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António Pratas Cardoso, e secretariaram a reunião o Sr. Francisco Alberto dos Santos Jerónimo, 2º Secretário, e a Sra. D. Vera Lúcia Brás, em substituição do 1º Secretário. ----------
---- Encontravam-se presentes os Deputados Municipais Senhores, António Batista Marques, António Francisco Nunes Godinho, António José Rodrigues, António Luís Lavado dos Reis, António Manuel Montez Amaral, Daniel Albino Lopes Claro, David José Pinto Mendes, Fernando Emídio Costa, Herculano Valada Martins, Hermínia Eva Leal Mota Abreu, António Valentim Barros Andrade, Joaquim Luís Lobato, Joaquim Marques de Jesus Oliveira, José Luís Marques dos Santos, José Manuel Isidoro Pratas, António Rodrigues Torrão, Lúcio Manuel Cardador Costa, Manuel da Silva Simões Ramos, Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro, Maria de Lourdes Firmino Piriquito, Pedro Manuel Raimundo Duarte Coelho, Rita Adriana Gonçalves Domingos, Luís Eduardo Salvaterra da Silva e Sérgio Paulo Rodrigues Ramos Jorge. ----------
----Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes os senhores Joaquim António Sousa Neves Ramos, Presidente, Luís Manuel Abreu de Sousa, Vice-Presidente, Ana Maria Correia Ferreira, Marco António Martins Leal Pereira, Ana Maria Correia Ferreira, Silvino José da Silva Lúcio, António Jorge Lopes e António José da Fonseca Nobre, Vereadores. ----------
---- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal interveio para saudar todos os presentes e para informar que os Senhores Deputados Municipais Luís Salvaterra, Isabel Franco e Justino Oliveira iriam ser substituídos, respectivamente, pelos Senhores Dina Teresa Patrício, António Valentim Barros Andrade e António Rodrigues Torrão. O Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues apresentou a justificação da sua falta por motivos de doença. ----------
Posto isto, e estando constituída a Mesa e havendo "quórum", o Sr. Presidente da Assembleia informou que estavam reunidas as condições para dar início aos trabalhos. ----------
Mais informou que, sendo esta uma sessão extraordinária, apenas havia o período antes da ordem do dia destinado ao público. ----------

ANTES DA ORDEM DO DIA

---- O Sr. Presidente da Assembleia perguntou se havia no público quem quisesse intervir. - ----

---- Não havendo intervenções do Público, o Sr. Presidente, excecionalmente, deu a palavra ao Sr. Deputado Municipal Pedro Coelho. ----

---- O Sr. Deputado Municipal disse que a Coligação PFNT não via qualquer inconveniente a que, por sugestão do Sr. Deputado Municipal José Manuel Pratas na última sessão da Assembleia, os Deputados não fossem remunerados pela sessão de hoje. No entanto iria apresentar um requerimento para que o valor total, devido pelas referidas senhas de presença, ajudas de custo e subsídio de transporte desta sessão, seja entrega à Casa Pombal "A Mãe" e ao Grupo Desportivo de Azambuja, em partes iguais. ----

---- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro pediu a palavra para dizer que este Requerimento só deve ser votado na próxima reunião, uma vez que não tem a ver com a matéria que se irá discutir hoje. ----

---- O Sr. Deputado Municipal António Batista Marques interveio para dizer que no nosso Concelho existem dezenas de coletividades, algumas com grandes carências, pelo que o dinheiro deveria ser distribuído por todas elas. ----

---- O Sr. Deputado Municipal José Manuel Pratas interveio também para esclarecer que a sua sugestão visava não trazer mais custos para a Câmara dada a situação de crise que se vive. Não concorda com o requerimento por não ser justo privilegiar esta ou aquela coletividade em detrimento das demais. ----

---- Interveio novamente o Sr. Deputado Municipal Pedro Coelho para esclarecer que não se trata de beneficiar mais umas que outras. Explicou que a Casa Pombal "A Mãe" é uma instituição que apoia crianças e, face aos cortes que levou nos subsídios, por parte da Câmara, ficou numa situação difícil. O GDA porque tem trazido para Azambuja alguns prémios a nível internacional, nomeadamente, as secções de taekwondo e de tiro ao arco. ----

---- O Sr. Presidente da Assembleia lembrou que, pela mesma razão, em Manique foi retirada uma refeição aos idosos. ----

---- O Sr. Deputado Municipal David Mendes interveio a seguir para dizer que este requerimento é totalmente demagógico e uma vergonha. Acrescentou que este documento vai muito ao gosto do que a Coligação defende e que é a "caridadezinha". Defende o Sr. Deputado David Mendes que cada deputado é que sabe a quem deve dar o dinheiro e não a Coligação PFNT. Concluiu dizendo que a CDU vai votar contra esta vergonha. ----

---- O Sr. Deputado António Lavado dos Reis pediu a palavra para manifestar o seu desacordo a tal documento. No que lhe diz respeito entregará o dinheiro a uma coletividade da sua freguesia e trará um comprovativo. Quanto à preocupação do Sr. Deputado Municipal José Manuel Pratas, para com os cofres da Câmara, só teria cabimento se as verbas fossem aplicadas em obras que valessem a pena e não noutras como a praça de touros. ----

---- Interveio também o Sr. Deputado Municipal Herculano Martins dizendo que se a Câmara gastou 600 mil euros numa praça de touros não são agora os mil euros, o custo desta assembleia, que vão fazer alguma diferença. Salientou que, cada vez que vem a estas reuniões, faz cinquenta quilómetros no seu carro, pelo que quem decide sobre o seu dinheiro é ele próprio, não aceitando, por isso, qualquer votação. ----

---- O Sr. Deputado Municipal Joaquim Marques interveio também para dizer que na sua freguesia também há uma coletividade que tem prestigiado muito o Concelho. O Campeão Nacional de Juniores de Taekwondo é de Vila Nova da Rainha. É contra o requerimento e fará do dinheiro das senhas o que muito bem entender. ----------
---- Pediu a palavra, mais uma vez, o Sr. Deputado Municipal Daniel Claro. Na sua opinião o País entrou numa espiral e cada um é mais amigo dos pobrezinhos que o outro. O Deputado Municipal José Manuel Pratas quer dar o dinheiro à Câmara, sem aferir a legalidade desta medida, todavia, no seu entender, a medida só será viável se for feita individualmente. Recordou que a democracia tem os seus custos, e no dia que se fizer demagogia com os custos dessa mesma democracia, se estará e entrar por um caminho muito mau. Os custos devem ser contidos e mantidos no limite do aceitável. Pretendendo discutir-se os subsídios às coletividades deverá agendar-se um ponto numa próxima Assembleia. ----------
---- O Sr. Deputado Pedro Coelho pediu, uma vez mais, a palavra para perguntar se o requerimento vai ou não ser votado e para dizer que a Coligação PFNT sabe muito bem tudo aquilo que discute e que propõe. Em todas as assembleias anteriores que pediram, sempre trouxeram matérias de interesse e especialistas para as poderem explicar. Em relação à reunião de hoje, disse não saber o que se vai discutir porque não foi distribuída documentação. Informou que, independentemente, do resultado da votação, o valor total das senhas dos Deputados da Coligação PFNT irá ser entregue à instituição que a própria Coligação decidir. ----------
---- O Sr. Presidente da Assembleia tomou a palavra para ler o requerimento: ---------
---"**REQUERIMENTO** ----------
Relativamente ao modo de funcionamento da presente sessão da Assembleia Municipal, requer-se que a Mesa comunique formalmente à Câmara que o montante devido aos Deputados Municipais a título de senhas de presença, ajudas de custo e subsídios de transporte pela sua participação na presente sessão deverá ser entregue, no prazo de 30 dias, às seguintes instituições: ----------

a) 50% do valor total devido à "Casa Pombal - A Mãe"; ----------
b) 50% do valor total devido ao Grupo Desportivo de Azambuja, sendo que 25% deverão ser afetos à Secção de Tiro com Arco e os outros 25% à Secção de Taekwondo. ----------

Azambuja, 26 de Janeiro de 2012 ----------
Os Deputados Municipais da Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA" ----------
Terminada a leitura do requerimento, o Sr. Presidente colocou-o à votação, tendo o mesmo sido rejeitado por maioria, com 21 votos contra (16 do PS e 5 da CDU) e 4 votos a favor da Coligação PFNT. ----------
---- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro pediu a palavra para pedir que ficasse em ata que o eleito pelo BE não votou. ----------

ORDEM DO DIA

1. Ponto de Situação do Processo de Revisão do Plano Diretor Municipal. ----------
---- Interveio, primeiramente, o Sr. Presidente da Câmara. Disse que este processo tem atravessado a generalidade dos mandatos municipais, não só aqui como em quase todos os municípios portugueses, uma vez que são, na sua maioria, de 1994/1995/1996. Deveriam ter sido revistos ao fim de dez anos, contudo o processo de revisão tem-se arrastado sistematicamente até hoje. Primeiro, porque nos termos da regulamentação vigente é um processo extremamente complexo, não só ao nível dos diversos passos que têm de ser dados para a sua efetivação, como especialmente

ao nível do número de entidades que têm de participar na elaboração destes processos, quer através da comissão de acompanhamento, quer de pareceres que, na maior parte dos casos, até são vinculativos. Estas entidades têm, normalmente, a característica laxista da nossa Administração Pública, pelo que subvertem todos os planos que havia sobre estas matérias. Paralelamente, tem havido também uma outra pecha, particularidade na democracia portuguesa, que é a de que, cada governo que entra, resolve deixar uma marca específica na legislação. ----------
Assim, depois de se ter deitado para o lixo o último trabalho que foi feito, está agora a trabalhar-se no ciclo legislativo que se iniciou em 2008, com novas regras, neste processo de revisão do PDM. Mal saiu e entrou em vigor esta nova legislação, que reformulou as comissões de acompanhamento dos PDM's, foi feita a primeira reunião tendo-se constituído a respetiva comissão de acompanhamento, coordenada pela CCDR e pela Arq.ª Margarida Osório que, entretanto, se reformou em Junho de 2009.
A primeira fase da revisão do PDM eram os estudos de caracterização. Foram feitos e enviados à CCDR em Junho de 2010. Em Julho de 2010 a CCDR enviou-os para obtenção dos pareceres das diversas entidades envolvidas a fim de se pronunciarem sobre eles e em Janeiro de 2011 foram recebidos os respetivos pareceres. Em Abril de 2011 fez-se a segunda reunião da comissão para aprovação dos estudos e, entretanto, em Junho de 2011 concluiu-se a delimitação da RAN bruta, tendo sido enviada para os organismos competentes, e a delimitação dos perímetros urbanos.
Está, neste momento, em execução a ampliação dos perímetros urbanos e tinha-se também iniciado a execução da REN bruta. Mas o anúncio de alterações legislativas significativas, relativamente a esta matéria, que implicavam o risco de se ir gastar umas dezenas de milhares de euros num protocolo com uma universidade para identificação dos fatores de risco que, depois, em função da alteração da legislação, poderia ser novamente deitado para o lixo, fez com que a Câmara decidisse parar com esta ação e esperar pela legislação que irá sair brevemente. ----------
---- No que se refere ao Plano Estratégico, o Sr. Presidente da Câmara informou que foi entregue, na sua versão preliminar. Referiu também o Sr. Presidente que o Plano Estratégico e o PDM estão ligados entre si, uma vez que a estratégia definida no plano estratégico tem de ser vertida em termos de objetivos de revisão do PDM. ------
Depois da execução da RAN bruta estabelecer-se-á um plano que, naturalmente, terá que ver com a discussão do Plano Estratégico, e após a sua aprovação em termos definitivos. ----------
---- Seguidamente interveio o Sr. Deputado Municipal Daniel Claro. Disse que o BE pediu o agendamento deste ponto pela sua perplexidade perante o silêncio sobre esta matéria, que não é só da Câmara mas também da Assembleia por se ter mantido em silêncio sobre um assunto que, com esta dimensão e com as implicações que tem, não deveria existir. ----------
Neste sentido, o BE solicitou este agendamento, sabendo, aliás, que outras forças políticas também estavam preocupadas em relação a isto. Sobretudo porque tem a ideia, manifestada há muito tempo, que para se definir um plano diretor municipal, terá que se refletir sobre algumas questões. Primeira reflexão: " que território é que temos". Segunda: "que plano estratégico que queremos para este território". Terceira: "do ponto de vista técnico, como é que vamos implantar as diversas áreas que possam dar resposta ao plano estratégico". ----------
Na opinião do Sr. Deputado, no que toca ao plano estratégico, uma das peças fundamentais é a revisão do plano diretor municipal. Acrescentou ainda ter sido com

alguma perplexidade que recebeu a versão preliminar do plano estratégico, uma vez que ela não corresponde e talvez por isso traga o carimbo de preliminar. Um plano estratégico que não se dá ao cuidado primário de verificar se as estatísticas que apresenta são as mais atuais, não nos serve. Que apresenta uma opção relacionada com uma linha do oeste que já se sabe que não vai ser feita e, pelo contrário, o Governo já anunciou que vai fechar. Que não faz a análise à não construção da linha do TGV, mas sim a uma linha de alta velocidade para mercadorias que vai acabar no Poceirão, concorrência direta à nossa zona logística. Este plano introduz um conceito estranhíssimo de quatro zonas de ocupação do solo que, para quem olha de cima para este Concelho, terá muita dificuldade em descobrir essas quatro zonas de ocupação. Descobre, isso sim, quatro zonas de desenvolvimento, que não é a mesma coisa que ocupação de solo. Na análise às freguesias, hoje em dia mais importante do que nunca, esquece, literalmente, a Freguesia de Alcoentre, não é um plano estratégico para levar a sério. Até porque esta freguesia tem uma particularidade, do ponto de vista económico, tem a sua base de sustentação em algo que precisa de ser analisado. Ao mesmo tempo que tem uma base de sustentação implantada, ela também atrofiadora de outras opções económicas. Um plano que diz, difusamente, e que já se sabia, que precisamos de mais pequenas e médias empresas e de uma áreas para as colocar, não nos serve e importa fazer uma reflexão clara e bastante aprofundada sobre ele. ----------

O Sr. Deputado Daniel Claro disse estar-se em presença de um documento baseado em pressupostos que já não existem e que não nos aponta conclusão nenhuma. Falou que é necessário haver uma definição cabal e consensual sobre a estratégia para este Concelho. Referiu ainda que o nosso atraso estrutural se deve ao facto de termos tido nos últimos 20 anos uma estratégia errada, até porque a evidência o demonstra.

A Câmara tem de dizer que está interessada em discutir profundamente este documento, quais os passos que quer dar. A Assembleia Municipal já deu um passo quando aprovou, por unanimidade, fazer no primeiro trimestre umas jornadas para o desenvolvimento, onde este plano será, com toda a certeza, o tema. Frisou, o Sr. Deputado, que a Câmara deve, o mais rápido possível, de preferência até à próxima sessão ordinária, apresentar a esta Assembleia um cronograma de discussão e definição do plano estratégico. ----------

---- Interveio, a seguir, o Sr. Deputado Municipal David Mendes. Sobre este assunto, disse ter mais interesse, nesta altura, em ouvir do que dissertar sobre ele. Mostrou-se, contudo, surpreendido pelo que o Sr. Presidente disse relativamente ao andamento do PDM por pensar que estava mais desenvolvido. Até porque no estudo preliminar as coisas não mudaram assim tanto, bastando, por isso, mudar uma coisa ou outra para que o trabalho pudesse ter sido aproveitado em vez de ir todo para o lixo. No seu entender houve displicência da parte da Câmara, pelo que manifestou interesse em que fosse o Sr. Arq.º Marques do Santos a explicar o andamento do processo até por uma questão mais técnica. ----------

Em relação ao plano estratégico, disse que, em sua opinião, este contem dois erros originais. Um é que os planos estratégicos são muito bons para meter na gaveta, porque não servem para nada e estão sempre incompletos. As coisas correm tão depressa que o que é feito hoje amanhã já não é válido. Pelas razões que o Deputado Daniel Claro colocou este plano está nessa situação. Quando se quer um plano estratégico para uma determinada região, o mesmo tem de ser transversal a todas as

forças políticas e este foi feito nas costas da CDU, da Coligação PFNT e do BE, por isso, mesmo que o plano fosse muito bom não iria funcionar, pelo que se trata do segundo erro original. Deste modo, pediu para o Sr. Arq.º Marques dos Santos explicar com mais profundidade esta matéria. ----------
---- Para prestar os devidos esclarecimentos interveio o Sr. Presidente da Câmara. --- Referiu que não iria entrar em pormenores relativamente ao plano estratégico que foi distribuído, porque ainda o está a estudar. As forças da oposição ainda não se manifestaram porque o plano ainda não foi discutido. O que houve, ainda, sobre este plano, foram aquisições públicas para as quais as forças políticas foram chamadas para dar o seu contributo. Estiveram presentes e, algumas delas, até deram contributos muito válidos. A Câmara irá definir e propor o "timing" para a discussão do plano estratégico. O Sr. Presidente da Câmara acrescentou que pretendia acordar esse calendário com a equipa que elaborou esta versão preliminar do plano estratégico para estar presente nessas reuniões. ----------
---- Mais uma vez tomou a palavra o Sr. Deputado Daniel Claro. Esclareceu que não tinha pedido para a Assembleia Municipal definir o calendário. O que pediu foi que o Executivo da Câmara o definisse até à próxima Assembleia Municipal. A terminar informou que gostava também de ouvir o Sr. Arq.º Marques dos Santos. ----------
---- Seguidamente interveio o Senhor Deputado Municipal António Godinho. Disse que não há grande coisa a acrescentar sobre o plano diretor municipal porque, como o Sr. Presidente disse, cada Governo que entra gosta de dar o seu cunho a estas situações sem se preocupar com os custos que isso acarreta. ----------
Relativamente ao plano estratégico, a Coligação PFNT acha-o fraco, mesmo sendo preliminar, devendo pensar-se numa elaboração mais cuidada. No plano diretor municipal, em termos técnicos propriamente ditos, não é função da Coligação entrar nele mas, provavelmente, através do plano estratégico a Assembleia poderá dar-lhe o cunho político, com o qual, disse, estarem de acordo. Sublinhou que, nesta área, concorda que se aguarde pela legislação nova e, sob este aspeto, manterão a sua lealdade uma vez que vai ao encontro dos interesses dos munícipes do Concelho de Azambuja. Reforçou que uma coisa é o debate político, outra é o interesse das populações. Solicitou que os acompanhassem no debate com a sociedade civil. --------
---- O Sr. Deputado Municipal David Mendes pediu novamente para intervir. Disse que se o Sr. Presidente chamou preliminar àquele estudo é porque não o viu e, tanto é assim, que confessou eu ainda o estar a estudar. Se pretende chama-lo de preliminar porque quer acrescentar-lhe ou mudar alguma coisa, o Sr. Deputado aceita. Insistiu na intervenção do Sr. Arq.º Marques dos Santos sobre esta matéria. ----------
---- Seguidamente interveio o Sr. Arq.º Marques dos Santos. Começou por dizer que o processo de revisão do plano diretor municipal prolongou-se por dez anos e, na sua opinião, ir-se-á prolongar por muito mais, porque as alterações legislativas que se foram e vão sucedendo nunca deixam fazer um trabalho produtivo, na medida em que são tantas e tão contínuas, que cada vez que se acaba um pequeno capítulo, de qualquer coisa, a legislação sai e torna-o inútil. Houve uma situação que fez com que se voltasse à estaca zero, que foi o plano regional de ordenamento do território (PROT). Os planos estratégicos acompanham os planos diretores municipais porque não é possível implementar um plano diretor municipal se não tiver uma estratégia agregada e que seja, de alguma maneira, plasmada nesse plano, incluindo a execução orçamental das estratégias que se propõem. Face à publicação do PROT

que, como também ele tem uma estratégia, obrigou a que fosse necessário fazerem-se estudos de caracterização novos, que foram publicados no fim de 2009. Depois disso já foi feito o CENSOS pelo que, de alguma maneira, terá de se complementar os estudos de caracterização já com os dados atualizados. Foi necessário também fazer a delimitação da REN, da RAN e a delimitação dos perímetros urbanos, porque o PROT introduziu uma nova maneira de classificar o solo, urbano ou rural, em que nem tudo o que é urbano no PDM atualmente em vigor, será urbano no PDM revisto, ou seja, há situações urbanos que irão ser desclassificadas. Trabalho que vai ser importante na ampliação dos perímetros urbanos. Alguns perímetros vão passar a ter aglomerados rurais. Têm condições mais apertadas de execução em termos de construção. Exemplificou que num perímetro agora delimitado para poder ser ampliado tem que estar ocupado a 75% da sua zona urbana. Se tiver menos dessa percentagem não pode ser ampliado de forma nenhuma. Se estiver mais de 75% ocupado só pode ser ampliado por mais 30%. ----------

Em relação à RAN e à REN, mais uma vez e já no percurso, depois da publicação do PROT, se espera uma alteração legislativa à REN. Houve alterações em relação à RAN. Na própria execução à RAN base e em diálogo com Ministério da Agricultura, dependendo de cada Direção Regional, existem várias versões de como é que se delimita a RAN. A Câmara delimitou mas, perante este critério, não temos a certeza se a Direção Regional, que nos tutela, gosta ou não gosta da maneira como ela foi feita. A legislação sobre a execução de planos obriga a que, de facto, haja uma estratégia e a parte técnica da fase da proposta de uso de solos depende do plano estratégico. ----------

O Sr. Arquiteto acrescentou que a lei apenas refere que o processo de revisão do PDM se deve iniciar no prazo de dez anos. ----------

---- Pegando nestas últimas palavras do Sr. Arquiteto Marques do Santos, interveio o Sr. Deputado Municipal Daniel Claro dizendo não ficar espantado que a lei apenas fixe o início do processo, uma vez que à sombra do que gira à volta dos PDM e das definições de solo, muita coisa se faz. Aproveitou, contudo, esta oportunidade para fazer um apelo ao Sr. Presidente da Câmara para que não demore muito mais tempo a estudar o plano. Finalizou a sua intervenção com a entrega à Mesa de uma Recomendação subscrita por todos os partidos com assento na Assembleia Municipal de Azambuja. ----------

---- Interveio o Sr. Presidente da Assembleia para dar nota do teor da referida Recomendação, lendo-a em voz alta: ----------

----"**RECOMENDAÇÃO** ----------

Considerando que o Plano Diretor Municipal é um documento estratégico particularmente relevante para o futuro do Município de Azambuja; ----------

Considerando que o acompanhamento deste processo deverá ser atempado e documentado por este órgão autárquico; ----------

A Assembleia Municipal de Azambuja delibera constituir uma Comissão de Acompanhamento do PDM e recomenda à Comissão Permanente a apresentação de uma proposta de constituição da mesma no prazo máximo de 30 dias. ----------

Azambuja, 26 de Janeiro de 2012 ----------

Assinaram os Srs. Deputados Municipais: ----------

Daniel Claro (BE), José Manuel Pratas (PS); David Mendes (CDU) e António Godinho (PFNT). ----------

---- Terminada a leitura foi a recomendação colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. ----------
---- O Sr. Deputado Municipal Sérgio Ramos Jorge quis saber se a revisão do PDM iria, de alguma forma, resolver a situação dos terrenos atualmente considerados "indivisos" permitindo a construção. ----------
---- O Sr. Arquiteto explicou que a estratégia nacional é acabar com a construção dispersa, pelo que cada vez vai ser mais difícil construir fora das zonas urbanas. ------
---- O Sr. Deputado Municipal David Mendes quis também saber se existe alguma decisão sobre o emparcelamento rural e a ocupação do solo agrícola e rural e se, considerando as regras ainda em vigor, será possível aprovar o PDM no final deste ano, ou até Junho/Julho. Disse que lhe parece haver uma temporização, que o Sr. Presidente da Câmara teve como estratégia há algum tempo, tornando tudo opaco. Acrescentou que nada é opaco o que não existe é informação e que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, fazendo parte da Comissão Permanente, também não sabe de nada, pelo que se tornava necessário e fundamental as presenças do Sr. Presidente da Câmara e do Sr. Arquiteto Marques dos Santos nestas reuniões para que a informação chegasse a todas as forças políticas e à população. Manifestou ainda interesse em saber se existe alguma definição sobre zonas industriais, especialmente no Alto Concelho, se, para além da logística, está prevista mais alguma zona industrial no eixo da EN 3, e qual a capacidade construtiva nos meios aglomerados das zonas agrícolas consoante a sua classificação no PROT. Do seu ponto de vista disse que teria sido mais prudente e produtivo gastar o dinheiro, que gastou no plano estratégico, num plano de pormenor para o Miolo de Aveiras de Cima. ----------
---- Interveio uma vez mais o Sr. Arquiteto Marques dos Sant os dizendo que a definição do uso da proposta de plano ainda não está feita porque é intenção da Câmara fazê-la sobre o Plano Estratégico. Em relação às zonas industriais, o PROT introduziu alterações profundas, sendo uma delas a de que já não há zonas industriais propriamente ditas. O que há denomina-se agora de "áreas de localização empresarial". ----------
---- O Sr. Deputado Municipal António Godinho interveio defendendo a importância de um Plano Estratégico para o desenvolvimento do Concelho. ----------
---- Terminada a discussão deste ponto e antes de dar início ao ponto seguinte o Sr. Presidente da Assembleia interrompeu os trabalhos para um intervalo de cerca de cinco minutos. ----------
1. Análise da Situação do Contrato de Concessão do Fornecimento de Água no Município de Azambuja. ----------
---- Para apresentar este ponto tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara. Nesta sua intervenção fez um resumo do andamento do processo com as Águas do Oeste e deu nota do acompanhamento que a Câmara faz ao contrato de concessão com as Águas de Azambuja. ----------
---- Seguidamente interveio o Sr. Deputado Municipal Daniel Claro dizendo que o Sr. Presidente da Câmara com a concessão das águas criou um labirinto de tal forma intrincado, que vai perdurar para além do seu tempo de ação, com consequências gravíssimas para o Concelho. Na opinião do Sr. Deputado Municipal houve da parte do Sr. Presidente duas decisões emblemáticas. Uma, de carácter "folk" - a Praça de Touros, e outra, de carácter mais estratégico - a Concessão das Águas. Salvaguardando as devidas distâncias entre as duas, quer do ponto de vista financeiro, quer do ponto de vista de consequências para o Município, elas são emblemáticas. Embarcou na teoria de que "o que está a dar é a concessão de

serviços públicos a entidades privadas, porque o estado e as câmaras não têm vocação para os gerir". Posto isto, quis saber se o contrato de concessão assentou em algum estudo económico-financeiro e técnico. Se o estudo não existir, o Sr. Deputado referiu que houve uma irresponsabilidade política de um tamanho inimaginável. ------
Apesar de receber trimestralmente a informação da Câmara, uma outra situação que o tem deixado perplexo é o facto de nunca lhe ter chegado qualquer relatório das Águas de Azambuja, sabendo que esta empresa faz entregas periódicas de relatórios à Câmara. Outro aspeto prende-se com facto de continuadamente se ouvir que se chegou a acordo com as Águas do Oeste, mas o que é facto é que à Assembleia nunca chegou informação nenhuma, nem sequer uma simples carta de intenções. Perante estas circunstâncias disse fazer questão que lhe sejam facultados os relatórios semestrais e anuais das Águas de Azambuja e os documentos que comprovam o acordo com as Águas do Oeste num prazo razoável. O Sr. Deputado chamou ainda a atenção para as especificações que os relatórios das Águas de Azambuja devem observar. Mesmo com o exemplo das Águas de Alenquer a Câmara de Azambuja não tomou todas as precauções. São exemplo disso o número de dias mencionados nas faturas e, consequentemente, o tarifário aplicado. O Sr. Deputado informou ainda que, de todas as concessões da Aquapor nas diversas Câmaras, Azambuja é que paga a água mais cara. Constata-se, por tudo isto, que existe uma névoa nos contactos entre as Águas de Azambuja e a Câmara Municipal. ----------
---- O Sr. Deputado Municipal António Godinho interveio a seguir dizendo que o Deputado Municipal Daniel Claro tem toda a razão, uma vez que existe, junto da opinião pública, uma imagem de que as coisas funcionam mal, não são transparentes e não se percebe porque acontecem. Contudo, na sua opinião, a situação mais grave prende-se com o facto de a Câmara, apesar de ter feito estas duas concessões, aparentemente sem estudos económico-financeiros sobre a sua viabilidade, dever assumir um papel claro de provedor do cliente e não o faz. ----------
Nesta sua intervenção quis ainda saber se há algum estudo sobre os critérios que vão ser aplicados para cálculo dos juros e, havendo, que valores é que poderão implicar, se no final a Câmara fica a ganhar ou a perder com o negócio e, ainda, se os processos que poderão ir a tribunal não prescreveram já. ----------
---- O Sr. Deputado Municipal António Lavado dos reis interveio dizendo que a CDU desde sempre se manifestou contra estas concessões e sempre tem chamado a atenção para os prejuízos que as mesmas têm trazido para os munícipes e deu exemplos. A divulgação das análises à água, a substituição de contentores, a pressão da água, a anulação de bocas-de-incêndio, roturas, etc. ----------
---- Pediu para intervir também nesta matéria o Sr. Deputado Municipal David Mendes. Disse que se está a analisar um problema, que nunca pensou que fosse assim tão grave. Também se apercebeu que o Sr. Presidente da Câmara não está a pensar pagar coisa nenhuma às Águas do Oeste, porque a Câmara é que vai receber daquela empresa. Acha o Sr. Deputado Municipal que o Sr. Presidente da Câmara não vai ter este problema resolvido até ao final do mandato e, por tabela, as Águas de Azambuja vão também ser afetadas. Este caminho conduzirá a um aumento significativo da água para os munícipes. Disse não compreender a posição defendida pelo Sr. Deputado Municipal António Godinho nesta matéria, uma vez que o Governo pretende privatizar as Águas de Portugal. A CDU considera que este modelo está errado. A Câmara tinha condições para gerir a água, meios financeiros que podia aplicar e não teria, provavelmente, tantos problemas de caixa. É também seu entendimento que não deveríamos ter integrado as Águas do Oeste mas sim as Águas do Ribatejo. -------

Constatando-se que existem situações pouco claras no contrato, conforme foi referido na intervenção do Sr. Deputado Daniel Claro, o Sr. Deputado David Mendes quis saber se a Câmara está ou não está em condições de denunciar o contrato, apesar de lhe parecer que a Câmara não está em condições financeiras de denunciar o que quer que seja neste momento. ----------

---- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro voltou a intervir para dizer que a Aquapor, com toda a experiência que já tinha, precaveu-se contra uma série de questões, nomeadamente as apontadas pelo Deputado David Mendes. A rescisão do contrato, tal qual como está feito, se compaginado com os respetivos anexos, é extraordinariamente difícil. À conta desta concessão a Câmara poder ter de assumir responsabilidades bancárias. Estamos, pois, perante um intrincado labirinto feito com o apoio de um jurista eminente que passou por esta Câmara. O Sr. Deputado Municipal prometeu que, depois de receber toda a documentação que irá pedir à Câmara, elaborará um relatório para apresentar à Assembleia Municipal sobre estas questões.----------

---- O Sr. Dr. Godinho pediu a palavra uma vez mais para dizer que foi fundador do PSD e que foi com grande imodéstia que aprendeu a fazer política com Francisco Sá Carneiro. Foi, igualmente com prazer, mandatário para a campanha do Dr. Paços Coelho em Azambuja e voltaria a fazê-lo. Mas, apesar de tudo isto, pensa com a sua própria cabeça e aqui, em função do que é melhor para os munícipes de Azambuja. O Dr. Paços Coelho não tem que lhe dizer o que tem de fazer. Em relação ao Sr. Presidente da Câmara, a sua intuição diz-lhe que ele se estará a preparar para não responder a muitas das questões que foram postas. ----------

---- O Sr. Deputado Municipal David Mendes interveio dizendo ter ficado muito sensibilizado com a preocupação demonstrada pelo Deputado que o antecedeu sobre Os munícipes de Azambuja não se preocupando com os habitantes do resto do País. -

---- O Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro também quis intervir para perguntar ao Executivo Camarário se alguma vez colocaram a hipótese de a Câmara perder os processos litigiosos com as Águas do Oeste e de Azambuja. ----------

---- Para responder às questões interveio o Sr. Presidente da Câmara. Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Municipal Daniel Claro, referiu que o mesmo tem uma capacidade de análise notável das situações e é muito bom a apresentar argumentos até ao limite em que começa a ouvir-se a si próprio. A partir dessa altura, por vezes, não mede o que diz. Assim sendo, pedia ao Sr. Deputado que, com toda a clareza, dissesse o que é que não é claro na concessão das águas. O Sr. Presidente disse que não se podem fazer argumentações catastróficas com base em suposições. Esclareceu também que nunca tinha dito que iria haver um reequilíbrio financeiro a favor das Águas de Azambuja. O que falou foi que havia um contrato que tinha que ser revisto e só a partir desse momento é que se verificaria se havia lugar ao não a reequilíbrio financeiro e a favor de quem. Inundar a Assembleia com relatórios das mais diversas situações das Águas de Azambuja e do Oeste, da Valorsul, da Resioeste, etc., não é prática da Câmara. Os Senhores Deputados Municipais, querendo analisar os documentos, preenchem o respetivo requerimento e a Câmara disponibiliza-os. O resumo das relações com as concessionárias é feito pela Câmara na informação sobre a atividade municipal que presta habitualmente à Assembleia. ----------

Qualquer relação contratual tem problemas ao longo do tempo, que têm de ser resolvidos, sem que isso seja um labirinto ou assuste alguém. Os problemas terão de se resolver à medida que vão aparecendo. Naturalmente que se a concessão é por 30

anos, com certeza que irá ultrapassar o seu mandato. Informou também o Sr. Presidente que a questão da contagem dos dias nas faturas das Águas de Azambuja está completamente ultrapassada. ----------
Relativamente ao processo judicial que poder vir a acontecer é com a Águas do Oeste e tem a ver com uma indemnização pelo incumprimento do contrato de concessão. Na eventualidade de perdermos não se recebe a dita indemnização. ----------
---- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro interveio dizendo que quando fala de nebuloso é porque, cada vez que algum Munícipe ou Membro da Assembleia, manifesta alguma dúvida em relação a alguma coisa, os Senhores nunca sabem de nada. Tomam nota e dizem que vão perguntar. ----------
Acrescentou que está de posse de documentos sobre os assuntos que aqui abordou. -
---- O Sr. Deputado Municipal David Mendes pediu para intervir novamente. Disse que, pela segunda vez, dizia ao Sr. Presidente da Câmara que os Deputados Municipais têm a obrigação de fiscalizar a ação política e a estratégia de gestão da Câmara, pelo que o Sr. Presidente não se pode sentir incomodado quando estes pedidos lhe são feitos. Nesse sentido, é convicção do Sr. Deputado Municipal que o Sr. Presidente deveria fazer chegar esses documentos à Assembleia. ----------
Quanto ao aumento da água, o Sr. Deputado disse que, de facto, isso será uma certeza, porque o Estado deixou de assumir os encargos com o custo da água para chegar a um preço acessível ao consumidor. O modelo que está a ser implementado a nível governamental, chutando tudo para a privatização, é exatamente para fazer incidir os investimentos já realizados e a realizar no consumo final. A Câmara já há muito alinhou nesta situação, pelo que a responsabilidade também é sua. ----------
---- O Sr. Presidente da Câmara interveio para dizer que a água não aumentou depois de ter sido concessionada. ----------
---- Não havendo mais intervenções neste ponto, o Sr. Presidente da Assembleia deu por concluída a Ordem de Trabalhos. ----------

APROVAÇÃO DA MINUTA

---- A Sra. D. Vera Lúcia Brás, em substituição do 1º Secretário da Mesa, passou à leitura, em voz alta, da minuta da ata da presente reunião, findo o que foi a mesma colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. ----------
---- Esta acta foi aprovada por minuta no final da reunião, por a Assembleia Municipal o ter deliberado, nos termos do nº 3, do artº 92º, da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. ---------

ENCERRAMENTO

---- Eram vinte e três horas e cinco minutos, quando o Sr. Presidente da Mesa, fazendo uma breve alusão aos tempos utilizados, deu por encerrada a reunião. -------
---- Para constar se lavrou a presente acta em minuta, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. ----------